

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

**O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá,  
liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja  
Católica**

**The Lembá Integrated Development Project,  
freedom and fraternity in the performance of Portuguese Cooperation and the  
Catholic Church**

**Le Projet de Développement Intégré de Lembá,  
liberté et fraternité dans l'exercice de la coopération portugaise et de l'Église  
catholique**

**El Proyecto de Desarrollo Integrado de Lembá,  
libertad y fraternidad en la actuación de la Cooperación Portuguesa y de la Iglesia  
Católica**

José Fernando Pedrosa  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
[josepedrosa.aver@gmail.com](mailto:josepedrosa.aver@gmail.com)

**Resumo:** Passados quase cinquenta anos sobre o 25 de abril, diversos foram os acontecimentos nacionais e internacionais que ocorreram. Provavelmente muitos dos que viveram o dia 25 de abril de 1974 nunca imaginariam as transformações e evoluções que ocorreram nestas cinco décadas, evolução essa que também ocorreu na educação. Esta constatação tem mais sentido em São Tomé e Príncipe.

Neste artigo pretendemos analisar, fundamentalmente, o Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá e, ao analisar este projeto, perceber a importância da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica no desenvolvimento local, de uma forma particular na educação.

**Palavras-chave:** Cooperação: São Tomé e Príncipe, Cooperação Portuguesa, Igreja Católica, Educação

**Abstract:** Almost fifty years after April 25th, several national and international events have occurred. Probably many of those who lived on April 25, 1974 would never have imagined the transformations and evolutions that occurred in these five decades, an evolution that also occurred in education. This finding makes more sense in São Tomé and Príncipe.

In this article we intend to fundamentally analyze the Lembá Integrated Development Project and, when analyzing this project, understand the importance of Portuguese Cooperation and the Catholic Church in local development, in a particular way in education.

**Keywords:** Cooperation: São Tomé and Príncipe, Portuguese Cooperation, Catholic Church, Education

**Résumé:** Près de cinquante ans après le 25 avril, plusieurs événements nationaux et internationaux se sont produits. Il est probable que beaucoup de ceux qui ont vécu le 25 avril 1974 n'auraient jamais imaginé les transformations et les évolutions survenues au cours de ces cinq décennies, une évolution qui s'est également produite dans le domaine de l'éducation. Ce constat est plus logique à São Tomé et Príncipe.

Dans cet article, nous entendons analyser fondamentalement le Projet de Développement Intégré de Lembá et, en analysant ce projet, comprendre l'importance de la Coopération Portugaise et de l'Église Catholique dans le développement local, en particulier dans l'éducation.

**Mots clés:** Coopération : São Tomé et Príncipe, Coopération portugaise, Église catholique, Éducation

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

**Resumen:** A casi cincuenta años del 25 de abril han ocurrido varios hechos nacionales e internacionales. Probablemente muchos de los que vivieron el 25 de abril de 1974 nunca hubieran imaginado las transformaciones y evoluciones que se produjeron en estas cinco décadas, evolución que también se produjo en la educación. Este hallazgo tiene más sentido en Santo Tomé y Príncipe.

En este artículo pretendemos analizar fundamentalmente el Proyecto de Desarrollo Integrado de Lembá y, al analizar este proyecto, comprender la importancia de la Cooperación Portuguesa y de la Iglesia Católica en el desarrollo local, de manera particular en la educación.

**Palabras clave:** Cooperación: Santo Tomé y Príncipe, Cooperación portuguesa, Iglesia católica, Educación

### Introdução

Este artigo resulta do nosso interesse e estudo sobre a influência da cooperação internacional, nomeadamente a portuguesa, sobre a educação em São Tomé e Príncipe, mormente na criação de oportunidades para a, almejada, ascensão social.

Em termos cronológicos enfatiza-se este novo milénio e, especialmente, focamos-nos no Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá (PDIL), um dos distritos mais pobres de São Tomé e Príncipe.

Existem, fundamentalmente, duas questões subjacentes a este artigo:

- Quais os desafios que se apresentam, hoje, à educação, em São Tomé e Príncipe?
- Qual o papel da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica sobre a educação em São Tomé e Príncipe?

O que procuramos não é uma resposta definitiva que permita encerrar um tema, mas, pelo contrário, abrir caminhos de diálogo que elevem a educação como uma das respostas aos problemas sociais, económicos e políticos que São Tomé e Príncipe enfrenta.

De forma a responder a estas questões dividimos este trabalho em três partes distintas. Na primeira, enquadrar histórica e socialmente São Tomé e Príncipe. Na segunda, perceber os desafios que se colocam à educação santomense. Numa terceira, perceber a importância da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica sobre a educação local, a partir da análise do Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá.

Em termos de corpus documental este artigo assenta nos seguintes pilares: literatura sobre cooperação e desenvolvimento; coleta referente à educação e desenvolvimento, obtida online, em instituições como o Instituto Nacional de Estatística de STP, Ministério da Educação, Cultura e Ciência de São Tomé e Príncipe, União Africana e UNICEF, e leitura e análise de jornais online.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

Por último, referir que, em parte, este artigo assenta num estudo de caso sobre o Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, em São Tomé e Príncipe, que foi sendo atualizado através de novas observações em anos seguintes.

### **1. Breve enquadramento histórico e social**

São Tomé e Príncipe é um arquipélago composto por duas ilhas, a de São Tomé e a do Príncipe, inicialmente denominada de Santo Antão. Foram descobertas em 1470 por João de Santarém e Pedro Escobar, ambos ao serviço de Fernão Gomes, que tinha arrendado à coroa, em 1468, o monopólio do comércio da costa africana.

O fraco povoamento europeu deste arquipélago, associado a um elevado número de escravos de ambos os sexos, levou uma forte miscigenação e ao surgimento de, segundo Oliveira Marques (1984, vol. II), “em poucas gerações, uma interessante aristocracia local de mestiços, que passou a controlar as ilhas” (p. 41) e, com o passar dos tempos, refere Oliveira Marques (1984, vol. II), levou a “uma crescente rejeição dos recém-chegados da metrópole” (p. 267). O clero era igualmente dominado por esta população.

O número de habitantes foi sempre diminuto, bastando atentar que em 1851, pouco antes da implantação das grandes roças produtoras de cacau e de café, a cidade de São Tomé tinha apenas 5700 habitantes, sendo o número de mestiços e brancos irrisório. Refere Espírito Santo (2012) que, “de acordo com as estatísticas apresentadas em Ambrósio (1984, p. 180), havia em 1814 um total de 7003 habitantes em São Tomé, dos quais 3302 eram homens e mulheres livres, 169 mestiços (pardos e quase brancos) e 21 brancos” (p. 274).

Ora, estes dados começam a modificar-se quando a independência do Brasil se faz sentir económica e demograficamente, nestas ilhas, especialmente com a questão da abolição do tráfico negro e a transposição das grandes culturas do cacau, café e coco, por homens como João Batista da Silva ou José Ferreira Gomes. Porém, o verdadeiro pioneiro na produção de cacau foi João Maria de Sousa Almeida, descendente de uma família mulata rica da Baía, em 1855 (Seibert, 2001).

É importante referir que, Seibert (2001), “a maior parte das terras estava nas mãos de forros, tanto por título como por usufruto costumeiro” (p. 48), tendo-lhes estas sido retiradas pelos roceiros por compra, fraude ou força. Era norma desfavorecer os roceiros crioulos em detrimento dos roceiros brancos na posse de terras, assim, em 1890, 90% das

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

terras pertenciam a brancos, sendo este período visto como a perda das terras ancestrais pelos forros (Seibert, 2001).

O desenvolvimento económico de STP na segunda metade do século XIX, assente na plantação de cacau e café, implicou a utilização de um elevado número de mão-de-obra de várias origens, refere Oliveira Marques (1986, vol. III), “negros livres da Serra Leoa, Daomé, Libéria, Angola e até chineses da China” (p. 170) pois, quer forros quer angolares recusavam o trabalho contratado nas roças. A emigração, principalmente de Cabo Verde, continuou ao longo do século XX até aos anos 70 (Seibert, 2001).

No final do século XIX, por dificuldades financeiras, as roças passaram a ser propriedade de companhias com sede em Lisboa, entre elas o Banco Nacional Ultramarino. Essa situação manteve-se até à independência (Seibert, 2001).

Com a independência, salienta Seibert (2001), “embora a economia nacional se baseasse inteiramente na agricultura, somente 22% do investimento total no período de 1975 a 1987 suportou este setor” (p. 170). O que levou a um aumento da pobreza rural pois, Seibert (2001), entre 1979 e 1986 “a estrutura dos salários beneficiava os funcionários públicos” e, pelo contrário, “o salário mínimo no setor agrícola estagnou” (p. 171).

É esta pobreza, provocada por questões económicas, financeiras e, menosprezada, fragilidade democrática, que tem provocado graves danos sociais, entre eles o êxodo rural e a emigração. A primeira empurra as pessoas para as zonas urbanas, particularmente a capital, em busca de um trabalho melhor remunerado, que não há. Como refere Nascimento (2018) “o local de pobreza lancinante é o mato, mormente aquele donde a cidade é inatingível” (p. 77). A emigração, por sua vez, como salienta Cardoso (2015), “tem constituído mais uma oportunidade individual que coletiva, um voltar de costas pela maioria dos que partem” (p. 120).

A fragilidade democrática é outro problema do arquipélago. Salienta a Freedomhouse (2023), no seu site institucional, “civil liberties are generally respected, but poverty and corruption have weakened some institutions and contributed to dysfunction in the justice system. Threats to judicial independence have been a growing concern in recent years”. Assim, o estado santomense tem uma baixa capacidade governamental, em grande medida porque a corrupção leva a uma disfunção do campo judicial.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

Versando, ainda, sobre a saúde da democracia santomense, podemos referir-nos às frágeis liberdades e garantias constitucionais. Como aponta Nascimento (2018), “a liberdade de expressão não é algo adquirido, até porque as instituições politicamente fragilizadas denotam escassa capacidade de proteção dos direitos individuais e de amparo ao fortalecimento da sociedade civil” (p. 80)<sup>1</sup>.

Esta situação tem agravado a incapacidade do Estado santomense em assegurar aos seus cidadãos o acesso a bens e serviços como educação, saúde, segurança alimentar, saneamento básico, entre outros, levando a que, de uma forma geral, seja a cooperação internacional a dar essas respostas (Quintaneiro, 2012).

O apoio português esteve presente desde a independência, refere Seibert (2001) que “o primeiro acordo de cooperação com Portugal foi assinado em dezembro de 1975” (p. 142). Hoje, esse apoio apresenta múltiplas formas: por um lado, a multilateral com parceiros internacionais; por outro, de forma bilateral, através de um enquadramento legislativo próprio. De salientar que a educação e a redução da pobreza foram uma constante nesse apoio (Branco, 2012).

## **2. Educação santomense**

### **2.1. Enquadramento geral**

A educação em São Tomé e Príncipe esteve sempre em segundo plano nas preocupações dos responsáveis portugueses, mesmo no século XIX com a implementação do liberalismo ou durante a segunda colonização. O mesmo podemos constatar, a partir de 1911, quando o esforço educativo da república não se efetiva em São Tomé e Príncipe e a taxa de analfabetismo, segundo Oliveira Marques (1986, vol. III), “aproximava-se dos 99%” (p. 589).

Questão importante no contexto ultramarino do Estado Novo foi a assinatura, com o Vaticano, da Concordata e do Acordo Missionário, destacando-se, no respeitante às colónias, o retorno das ordens religiosas desde que se dedicassem a obras de beneficência ou educativas. Destaca, Oliveira Marques (1986, vol. III), Salazar em 1960, “o Estado não custeia a Igreja, salvo em parte quanto às missões no Ultramar Português” (p. 525),

---

<sup>1</sup> Salientamos os insultos e as ameaças veladas existentes entre apoiantes de distintos quadrantes políticos nas redes sociais.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

demonstrativo da sua importância no Ultramar e que permitiu o regresso de institutos religiosos a São Tomé e Príncipe.

A criação de escolas missionárias pouco alterou o panorama educativo em STP, visto que, segundo Oliveira Marques (1986, vol. III) o número de escolas era, em 1945, de “14, com 1700 alunos” (p. 589), bastante reduzido quando comparamos com Cabo Verde que contava com 101 escolas e quase 6000 alunos. Ora esta realidade, segundo Oliveira Marques (vol. III, 1986), manteve a taxa de analfabetismo na ordem “dos 80% em S. Tomé” (p. 591).

Como refere Oliveira Marques (vol. III, 1986) “o grande passo em frente ocorreu nos anos de cinquenta e sessenta” fruto de “reformas educacionais” (p. 589), que permitiram um aumento da escolarização. Ponto importante foi a oficialização das escolas das missões católicas que passaram a ter programas idênticos aos das escolas oficiais. Deu-se, finalmente, a introdução do ensino secundário com a criação do Colégio-Liceu de São Tomé, em 1952, com paralelismo pedagógico e jurídico aos dos liceus da metrópole, devendo-se destacar, também, a criação da Escola Técnica Silva e Cunha (Milheiro, 2012)<sup>2</sup>.

Com a independência, 12 de julho de 1975, e a implementação de um estado, com os diferentes poderes, foi necessário criar uma administração eficaz que ocupasse o vazio humano que ficou após o regresso, maioritário, desses funcionários a Portugal (Quintaneiro, 2012).

Nesse sentido, a educação tornou-se um dos alicerces fundamentais da constituição do estado santomense, visto que à data, referida anteriormente, 85% da população era analfabeta. Existia, por isso, uma necessidade premente de quadros qualificados (Seibert, 2001).

Não nos olvidemos que o estado santomense nasceu num contexto de Guerra Fria e foi, à sua medida, um dos palcos deste conflito. Ora, a educação também se tornou uma ferramenta nesta luta entre duas visões de mundo diferentes. Como refere Robertson et al. (2007), “education became one tool for both East and West to utilise to assist in their

---

<sup>2</sup> O Liceu Nacional D. João II foi renomeado de Liceu Nacional D. João II em 1959 e, após a independência em 1975, renomeado Escola Preparatória Patricie Lumumba, passando a ser uma escola de ensino básico. Por sua vez a Escola Técnica Silva e Cunha, fundada em outubro de 1969, foi, após a independência, renomeada de Liceu Nacional Paulo Freire. Manteve esta designação até 1988, tendo nesse ano passado a designar-se Liceu Nacional de São Tomé e Príncipe.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

broader geo-political and geo-strategic interests. Aid to education, educational exchanges and educational scholarships became a key conduit of East/West” (p. 13).

É nesse contexto que podemos inserir as visitas de Paulo Freire, a primeira das quais em 1976, que aí iniciou uma campanha de alfabetização de adultos, ou a ida de estudantes santomenses para universidades e politécnicos de Cuba, Roménia, União Soviética, República Democrática Alemã, entre outros (Seibert, 2001). A influência cubana ainda hoje se mantém na formação de quadros superiores santomenses, particularmente os ligados à medicina (Bastos, 2009).

Apesar dessa opção santomense, continuou a existir uma ligação estreita com Portugal, bastando, para isso, verificar que este foi o único país ocidental com embaixador residente após a independência (Seibert, 2001) e, na área educativa, poucos meses após a independência, estabeleceu-se o primeiro acordo de cooperação. Refere Seibert (2001), “em Janeiro de 1976, o primeiro grupo de 17 dos 32 professores portugueses que tinham sido contratados chegou ao país” (p. 142).

Em 1990 dá-se abandono do monopartidarismo e a abertura económica, não sem alguma resistência, como refere Seibert (2001), “o processo gerou inevitavelmente conflitos entre interesses divergentes” (p. 196). É nesse contexto que a educação santomense foi exposta à globalização e às influências externas, visto que, segundo Dale (2001), “longe de serem autonomamente construídas a um nível nacional, as políticas nacionais são em essência pouco mais do que interpretações de versões ou guiões que são informados por, e recebem a sua legitimação de ideologias, valores e culturas de nível mundial” (p. 139).

Hoje, a educação africana, mormente a santomense, continua a sofrer influências exteriores. Na *Continental Education Strategy for Africa 2016-25*, declara a African Union (2017) “to fulfill this promised bright future, the continent has to come to terms with its education and training systems that are yet to fully shed the weight of its colonial legacy and its own tribulations” (p. 7).

Em certa medida os grandes atores mundiais, como o Banco Mundial (BM), acabam por ser culpados por esta situação, visto que entendem a educação como uma ferramenta, um investimento para obter como resultado um crescimento económico e não algo *per si*. Como refere Robertson et al. (2007), o BM “has become a major – albeit controversial – investor in education. The controversy surrounding the World Bank’s education programs

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

lies largely in its conception of education and development as human capital for economic growth and its ‘one-size-fits-all’ approach” (p. xii).

Outro dos problemas deste género de intervenção é a sua visão *top down* que não afere os problemas reais e característicos da educação africana. A este respeito devemos salientar, African Union (2017), “clearly, educational programs designed and financed from the outside unavoidably lack coherence and their impact remains limited” (p.10).

No entanto, as potencialidades do continente africano são enormes, basta estarmos atentos à sua população. Refere a African Union (2017), “while Western countries are shouldering the burden of aging populations, Africa is the world’s youngest continent” (p. 10).

É de referir que em 2014 foi reorganizada a formação de professores a nível superior com a criação da Universidade de São Tomé, refere Gorgulho et al. (2020), “um estabelecimento público que fundiu três estruturas existentes: o Instituto Superior Politécnico (ISP); o Instituto Superior das Ciências da Saúde Vítor Sá Machado; e o Instituto Superior da Educação e das Ciências” (p. 103), este último responsável pela formação de professores. Saliente-se, todavia, que na mais recente Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei 4/2018 art.º 51º, assume-se a dificuldade na formação de professores e, por isso, as necessidades do sistema podem preenchidas por indivíduos detentores de habilitação própria ou suficiente.

Esta dificuldade surge, em grande medida, porque a remuneração, na área da educação, assenta numa política de baixos salários que, aliada a uma falta de incentivos para uma maior atratividade da carreira docente, como a inexistência de uma carreira docente, se traduz em precariedade laboral (Bouças, 2024)<sup>3</sup>.

Ora, tal situação, leva a que muitos dos docentes sejam obrigados a ter outras atividades e invistam pouco tempo para qualquer tipo de atividade fora das horas de docência que prestam, o que prejudica a preparação de aulas e atividades com os alunos, ou possibilidade de investigação, no caso do ensino superior. Promove-se, deste modo, o descontentamento e fraco comprometimento dos professores com as instituições onde lecionam.

---

<sup>3</sup> A este propósito salientar a greve geral de professores, que ocorreu entre 1 de março e 8 abril de 2024, reivindicando um aumento dos salários.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

Acresce outros problemas como a pressão demográfica, visível em salas de aulas lotadas e escolas degradadas (Veiga, 2015).

## 2.2. Principais desafios

É nesta medida que, um dos principais desafios colocados a São Tomé e Príncipe, é o futuro da sua educação: De que forma fazer desta um motor de desenvolvimento humano e económico num momento de grande pressão demográfica e tensão social?

Teoricamente, a atual Lei de Bases do Sistema Educativo de São Tomé e Príncipe é a Lei nº 4/2018, contudo, continua em vigor a Lei nº 2/2003 de 2 de fevereiro<sup>4</sup>. Assim, o ensino divide-se em: pré-escolar, entre os 3 e os 7 anos; ensino básico, com dois ciclos, 1º ciclo, da 1ª à 4ª classe, e 2º ciclo, 5ª e 6ª classes; ensino secundário, com dois ciclos, 1º ciclo, da 7ª classe à 9ª Classe, e 2º ciclo, da 10ª classe à 12ª classe, e o ensino superior, politécnico e universitário. Uma das principais alterações da Lei nº 4 de 2018 é a criação do 3º ciclo no ensino básico transpondo o 1º ciclo do secundário, assim a 7ª, 8ª e 9ª classe passam a pertencer ao ensino básico. Algo que até ao momento não se efetivou.

O ensino pré-escolar deveria dividir-se entre creches - crianças até aos três anos - e os jardins de infância – crianças entre os três e seis anos - e, assim, abarcar a totalidade das crianças, criando uma rede de creches nas zonas mais rurais e uma rede de jardins em zonas mais urbanas.

No entanto, as zonas mais rurais não têm uma cobertura efetiva por parte do Ministério da Educação de São Tomé e nas zonas urbanas a pressão demográfica é enorme. Esta situação é recorrente e apenas com o apoio financeiro de instituições internacionais e países doadores tem sido possível criar, condições físicas - edifícios, mobiliário e materiais - e humanas - professores e auxiliares - que respondam a estas necessidades (Veiga, 2015).

Os números indicam que, em média, existiam, em 2021-2022, 206 crianças por educador, 36 crianças por sala e um auxiliar por 14 crianças, significando uma grande pressão sobre este nível de educação (MECC, 2023).

---

<sup>4</sup> De salientar a importância da cooperação portuguesa na sistematização legislativa e formação de quadros humanos para a aplicação das Leis de Bases do Sistema Educativo de São Tomé e Príncipe.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

A solução tem passado por inscrevê-los no ensino básico, onde os números não se afiguram melhores com 400 alunos, em média, por estabelecimento e 34 alunos, em média, por professor, dados do ano letivo 2021-2022 (MECC, 2023).

Esta situação provoca uma sobrecarga no ensino básico em que, por exemplo, toda a aprendizagem da motricidade fina ainda não foi realizada e tem de ser trabalhada a partir do zero neste ciclo. Esta situação, associada a outras, leva a que a taxa de retenção continue elevada e, em algumas classes, alcance os dois dígitos, como é o caso da 2ª classe e 4ª classe com 14% (Cotrim, 2019; UNICEF, 2021). No que à repetição de ciclo diz respeito a taxa no 1º ciclo é de 6,1% e de 16,8% no 2º ciclo (MECC, 2023).

Ao determo-nos na leitura de *São Tomé e Príncipe – Educação. Fichas Técnicas/2021* verificamos que, no que diz respeito às taxas de conclusão no ensino básico, os totais alcançam os 87%, sendo o mesmo valor para as zonas rurais e similar nas zonas urbanas (88%), o que reflete uma maior igualdade de acesso ao sistema escolar. Porém, estes valores nas camadas mais pobres descem para os 74%, significando que vários fatores como, por exemplo, o afastamento em termos de distância às escolas, ou uma deficiente alimentação leva a uma maior dificuldade na conclusão dos estudos (UNICEF, 2021).

Não é de estranhar que seja a camada mais rica da população que apresente melhores índices em todos os indicadores. Os motivos são fáceis de explicar: não têm problemas de transporte, material e alimentação e têm a possibilidade de escolher sistemas de ensino privado, como a Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe, com uma oferta educativa diferenciada<sup>5</sup>.

Ainda segundo o relatório da UNICEF (2021) “a maioria da população jovem entre os 15 e 24 anos é alfabetizada, totalizando os 90%, entretanto, 42% dos jovens que frequentaram o ensino básico sabem ler frases simples” (p. 9), significando que apesar de taxa de alfabetização ser elevada, existe um elevado número de pessoas com baixas competências em literacia, que sabendo ler, têm dificuldades em interpretar o que leem.

Água Grande, distrito da cidade capital, concentra uma maior oferta educativa, principalmente nos níveis mais superiores do sistema educativo, mormente o secundário

---

<sup>5</sup> Esta questão foi por mim depreendida das múltiplas visitas a São Tomé e contacto com professores, de escolas públicas e privadas, entre elas a Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe, acrescido do contato com encarregados de educação da mesma escola.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

e o superior. Pelo contrário, os distritos de Lembá e Caué, os mais pobres, tem maiores dificuldades no acesso a esses níveis de ensino, seja porque essa oferta de ensino não existe ou está muito limitada em número de escolas, ou de salas de aulas e, em muitos casos, obriga a deslocamentos de dezenas de quilómetros entre a residência e o estabelecimento de ensino secundário<sup>6</sup>, principalmente nos que pretendem frequentar o 2º ciclo deste nível de ensino (Cotrim, 2019, p. 6). Como refere o relatório da UNICEF (2021), “apesar das baixas taxas de não escolarização nos primeiros níveis educativos, fortes desigualdades sociais persistem. Crianças pobres ou vivendo na região Norte Oeste têm taxas bem mais elevadas [de não escolarização, n.a.] que as demais em todos os níveis de educação” (p. 15).

A mesma realidade afeta o ensino superior, visto que as instituições de ensino superior, do setor público ou privado, se concentram na capital.

Em termos de financiamento do sistema de ensino podemos dizer que, grosso modo, depende de dois grandes financiadores externos. O BM, no que ao ensino básico concerne, e, relativamente ao ensino secundário, a Cooperação Portuguesa. Esta, desde 2009, tem vindo a financiar vários projetos através do Instituto Camões e do Instituto Marquês de Valle Flôr, em articulação com o Ministério da Educação de São Tomé e Príncipe, nomeadamente o projeto Escola+ (Barreto, 2012) e o PAISE-STP.

Porém, a grande dificuldade da educação, como um todo, é que tem sido incapaz de cumprir com um dos seus principais objetivos, a ascensão económica e social através da escolarização, em parte, porque, durante anos, a escola doutrinada politicamente tem sofrido um abandono pedagógico e científico. Como refere Nascimento (2018), “desde há décadas que a escola deixou de induzir a ascensão social, ao mesmo tempo que os elevadores sociais parecem resumidos aos da política” (p. 73).

### **3. A educação, a Cooperação Portuguesa e a Igreja Católica: o caso do Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá**

A Igreja Católica, faz parte da história de São Tomé e Príncipe, de uma forma particular no que à educação diz respeito. Porém, o advento da independência, em 1975, levou a que o catolicismo fosse fortemente abalado no território santomense. Em primeiro

---

<sup>6</sup> Em São Tomé não existe um sistema de transporte público regular. Recorre-se, por isso, ao táxi, desde a moto táxi às Hiaces coletivas, cujo custo é oneroso.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

lugar, porque, durante o período colonial, a atividade da Igreja Católica acabou por estar conotada com a vontade política de um estado autoritário e colonial. Em segundo lugar, devido à perseguição movida pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) pois, como refere Nascimento (2014), as “procissões e outros rituais católicos, que, para os dirigentes políticos, subtraíam os ilhéus à fidelidade devida ao MLSTP” (p. 73). Assim, a fidelidade deveria ser ao partido e não à Igreja Católica.

Hoje, embora continue a ser um dos pilares da sociedade santomense e interlocutora junto do poder, a Igreja Católica tem vindo a perder uma parte importante dos seus fiéis, os dados do censo de 2012 indicavam que 55% da população seria católica (INE-STP, 2014).

Apesar desse desencontro inicial, que levou inclusive à entrega das escolas das missões católicas ao Estado, rapidamente a igreja católica local assumiu, novamente, um papel dinamizador da educação. Como refere Seibert (2013), “desde 1989, existe em São Tomé uma escola secundária privada, ligada à Igreja Católica, o Instituto Diocesano de Formação João Paulo II” (p. 287), que se guiava pelo currículo português e passa, em 1993, a incluir o 12º ano e a possibilidade de prossecução de estudo superiores em Portugal. A cooperação portuguesa assumiu, desde início, um papel importante, ao financiar, parcialmente, o Instituto Diocesano de Formação (IDF) (DSEEPE, 2015).

O IDF, no final do ano letivo 2015-2016, deu lugar à Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe, criada pelo decreto lei nº 212/2015 e pelo despacho 10783-A/2016, de 31 de Agosto que efetivou a Comissão Administrativa.

Hoje, na Igreja Católica, são os institutos femininos que se destacam no campo da educação e formação. Sobressaem a Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição (CONFHIC), a Companhia de Santa Teresa (Teresianas), o Instituto das Filhas da Caridade (Canossianas) e as Irmãs Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora.

A importância das instituições católicas, em São Tomé e Príncipe, assenta numa lógica de desenvolvimento integral, Doutrina Social da Igreja, e procura dar resposta aos problemas das comunidades mais desfavorecidas, permanecendo junto destas, desenvolvendo projetos e programas em articulação com as suas necessidades.

É no ensino pré-escolar que as instituições católicas se destacam. Assim, no distrito de Água Grande, na cidade de São Tomé, a escola das Canossianas era a que mais crianças

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

tinha matriculadas neste nível de ensino, 691 crianças, no ano letivo de 2021-2022. Por sua vez, o Pimpolho, parte integrante do Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá (PDIL), a cargo da CONFHIC, recebia 782 crianças, sendo de longe a instituição que mais crianças recebia no distrito de Lembá (MECC, 2023).

Este projeto, PDIL, localiza-se em Neves, capital do distrito de Lembá, um dos mais pobres de São Tomé e Príncipe, sendo, também, o que mais afastado se encontra da cidade capital. A sua abrangência estende-se desde Ribeira Afonso a Lembá, salientando-se que, no caso da educação, a sua área de envolvimento é menor, desde Ribeira Afonso até Ponta Figo. Em termos temporais fez, neste ano, um quarto de século.

Desde cedo focou a sua atenção no apoio aos mais idosos, de uma forma particular nos cabo-verdianos, contando, para isso, com o apoio da Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e, fundamentalmente, da Cooperação Portuguesa, uma cooperação descentralizada, setorial, com a intervenção de diferentes ministérios (Pedrosa, 2023).

Seguidamente o seu foco debruçou-se sobre a educação, devido ao elevado número de crianças que se encontravam fora do sistema de ensino e passavam mal (Pedrosa, 2023).

O PDIL, na prática, nasceu numa lógica de assistencialismo, com o apoio aos idosos e crianças, mas ao crescer diversificou as áreas de atuação, como a educação, a capacitação e a criação do próprio emprego, sem olvidar o facto de ser um dos maiores empregadores na cidade de Neves (Pedrosa, 2023). Destacam-se: a carpintaria e marcenaria São José; os gabinetes médico, de enfermagem e de estomatologia, este, fruto de uma parceria com a ONG “Mundo a Sorrir”; a oficina de artesanato; a oficina de costura onde trabalham, maioritariamente, mulheres, e as novas tecnologias no centro de formação profissional, sala de investigação e sala de informática da EB N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> das Neves.

A educação é uma das áreas mais importantes do PDIL. Neste ano letivo, 2023-2024<sup>7</sup>, abrange, praticamente, todos os níveis de ensino: inicia-se este percurso no berçário e creche, O Ninho; o jardim de infância, O Pimpolho; a escola básica de 1<sup>o</sup> ciclo, Mãe Clara, e a de 2<sup>o</sup> ciclo, N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> das Neves. Nesta também se lecionem algumas turmas de 1<sup>o</sup> ciclo e, por se encontrar melhor apetrechada, dois cursos profissionais de secundário, o de Turismo Ambiental, com onze alunos, e o de Agropecuária, com nove

---

<sup>7</sup> Visita realizada a este estabelecimento em fevereiro de 2024.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

alunos. Foi também nesta última que a partir de setembro de 2022 começou a funcionar, em horário pós-laboral e sábados, dois cursos universitários relacionados com a educação.

Só no ensino básico são 1112 alunos, divididos em 783 no 1º ciclo e 329 no 2º ciclo. Se acrescentarmos os que frequentam os outros níveis de ensino facilmente chegamos aos dois milhares.

Assim, com exceção do 1º ciclo do ensino secundário, a estrutura educativa do PDIL procura dar resposta às necessidades relacionadas com a educação que são encontradas. E essas necessidades não são apenas as curriculares. Um dos aspetos extremamente importantes para o sucesso educativo é a alimentação, verificando-se um abandono escolar e um menor sucesso educativo aquando da supressão de refeições escolares. Por isso, há uma preocupação da direção do projeto em assegurar uma alimentação cuidada às crianças, sendo normal encontrar jovens e adultos para os quais uma das melhores memórias do PDIL foram as refeições escolares (Pedrosa, 2023).

Relativamente à seleção do pessoal docente e não docente, é muito interessante verificar que grande parte destes foram escolhidos com base no perfil pretendido e na confiança depositada pela direção, depois de observado o seu trabalho na comunidade e, muitas vezes, em outras áreas do PDIL. Não é de estranhar falarmos com docentes e perceber que, antes de estarem na área da educação, passaram por outras áreas como a carpintaria, construção civil e costura, ou ainda que evoluíram dentro dessa área, começando como auxiliares da creche ou berçário (Pedrosa, 2023).

Uma das pedras angulares será a dinâmica, muito própria, de qualificação e formação de professores dentro do projeto. Há, na prática, um investimento na qualificação do corpo docente e não docente. Podemos falar de um percurso metodológico, na medida em que, todos se graduaram já depois de estarem no projeto, assumindo diferentes responsabilidades com o aumento das qualificações. A este percurso educativo não é alheio o interesse da direção em contar com quadros bem qualificados<sup>8</sup>.

Assim, é norma o pessoal docente começar pelo jardim de infância e, à medida que aumentam as suas qualificações e perante a avaliação positiva do seu trabalho, serem

---

<sup>8</sup> A este propósito verificar as entrevistas dadas por elementos da direção do PDIL e da adida da cooperação portuguesa em São Tomé (Pedrosa, 2023).

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

convidados para docentes do 1º ciclo do ensino básico. Esta lógica também se aplica para o 2º ciclo e ensino profissional<sup>9</sup>.

A partir de setembro de 2022, a formação de educadores e professores, com a abertura dos cursos de educação infantil e ensino básico, passou a realizar-se no próprio PDIL, permitindo, aos alunos, evitar as deslocações, onerosas e morosas, até à cidade de São Tomé. Neste ano letivo de 2023-2024, o curso de Educação de Infância conta com dezanove alunos e o de Ensino Básico com vinte e cinco. Estes, permitindo a qualificação dos funcionários do PDIL, favorecem os alunos do distrito de Lembá, pois não são exclusivos<sup>10</sup>.

Este incentivo e a lógica de perseverança não é uma esperança vã, porque todos sabem que, independente da sua qualificação inicial, se estudarem poderão chegar a professores e a salários, substancialmente, superiores. Assim, os que têm formação média querem obter a licenciatura e fazem esse investimento com o fito de aumentar o seu salário, outros, porém, fazem-no com o objetivo de emigrar e mais facilmente encontrar um emprego no país de acolhimento (Pedrosa, 2023).

Os salários são pagos pelo Estado e não diferem das escolas públicas, entre 3600 e as 6000 dobras, sensivelmente entre os 150 e 240 euros, manifestamente insuficientes para fazer face ao custo de vida<sup>11</sup>.

O próprio PDIL é afetado por esta situação, baixos salários, procurando mitigá-la ao permitir que os professores tenham outras atividades, remuneradas, dentro do projeto (Pedrosa, 2023).

Um dos maiores problemas com que o PDIL se defronta, na prática afeta toda a sociedade santomense, é a emigração. Neste momento emigram pessoas de todos os setores, dos menos aos mais qualificados, como enfermeiros, médicos, técnicos superiores. Como refere Cardoso (2015), “sabem que o seu país não tem um nível de desenvolvimento e de crescimento que lhes permita a sua inserção profissional e a obtenção de rendimentos similares” (p. 121) aos do país para onde emigram. Portugal é, neste momento, o país de eleição para a emigração dada a facilidade na obtenção de vistos.

---

<sup>9</sup> Idem (Pedrosa, 2023).

<sup>10</sup> Visita realizada a este estabelecimento em fevereiro de 2024.

<sup>11</sup> Deve-se salientar que o arroz subsidiado, base da alimentação local, custa cerca de 1,20 euros.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

Por isso, todos os anos novos professores se estreiam no ato letivo, mesmo que, no caso do PDIL, já façam parte do projeto noutros setores. É de salientar que dos 16 docentes que emigraram neste ano letivo nenhum se encontra a trabalhar no setor da educação, o que significa uma perda de qualificações, quer para o estado santomense quer para o país que os acolhe<sup>12</sup>.

Tendo em conta que os salários, na área da educação, são pagos pelo governo santomense, há tentativas de interferência na seleção de docentes e não docentes pelas forças políticas que naquele momento estão no governo, de uma forma particular pela delegação distrital da educação. Contudo, estas são, maioritariamente, rejeitadas logo de início, sendo em número muito reduzido as que se mantêm no PDIL (Pedrosa, 2023).

Deve-se acrescentar que a escolha dos colaboradores do PDIL, apesar de ser um projeto dinamizado por uma instituição católica, CONFHIC, faz-se no seio da comunidade entre os que se destacam pelas suas qualidades humanas e profissionais. E se uns frequentam as diferentes atividades da Igreja Católica, isso não é um óbice para os outros (Pedrosa, 2023).

Outra questão pertinente é a coexistência salutar de pessoas, com responsabilidade política de diferentes quadrantes, no projeto, de uma forma particular a Ação Democrática Independente e o MLSTP<sup>13</sup>. Ao invés do se passa na sociedade com um extremar de posições políticas, de uma forma evidente nas ameaças presentes nas redes sociais (Nascimento, 2018).

Um dos aspetos positivos da política educativa santomense e do PDIL é a procura da equidade de género, desiderato que tem sido alcançado e verificado, inclusive, através da taxa de conclusão no ensino básico e do 2º ciclo do ensino secundário, que é superior nas meninas. Como refere o relatório da UNICEF (2021) “a maior parte das crianças que não concluíram o ensino básico são meninos. A cada três crianças que não concluíram esse nível de ensino, aproximadamente uma é menina e dois são meninos. No secundário a repartição é igualitária” (p. 4). O mesmo se passa no PDIL, neste ano letivo de 2023-2024, encontram-se inscritas no 1º e 2º ciclo do ensino básico 588 meninas e inscritos 524 meninos.

---

<sup>12</sup> Visita realizada a este estabelecimento em fevereiro de 2024.

<sup>13</sup> Idem.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

No que respeita à questão pedagógica e curricular, apesar da sua autonomia, o PDIL segue o currículo atualmente em vigor nas escolas públicas santomenses.

Devemos, também, evidenciar o impacto económico e social da área educativa. Assim, apenas no ensino básico, o número de docentes é, neste ano letivo, de 34, se acrescentarmos os educadores, os professores do ensino profissional e dos cursos do ensino superior, são largas dezenas de famílias que dependem, em grande medida, da área educativa do PDIL para a sua subsistência, sendo que uma parte considerável, especificamente vinte no ensino básico, são mulheres<sup>14</sup>.

É de ressaltar que sem este projeto não seria possível ao governo local assegurar uma educação para todos no distrito de Lembá. O que demonstra a importância da Igreja Católica e da Cooperação Portuguesa nas respostas sociais, como a da educação. Não apenas porque há uma procura de soluções para os problemas que se apresentam, mas porque as soluções apresentadas são de qualidade.

### **Considerações finais**

Neste ano de 2024, perfazem 50 anos da revolução dos cravos e da escolha de um caminho de liberdade e de democracia pelo povo português. Essa escolha implicou também a liberdade de escolha para outros, e, neste dia 12 de julho, São Tomé e Príncipe comemora 49 anos de independência.

Nestes 49 anos de trajeto de história independente, é interessante verificar que os dois países, em determinadas áreas, têm uma ligação mais forte e salutar do que nunca. Uma dessas áreas é a educação.

Hoje o caso de São Tomé e Príncipe, na educação, é paradigmático. Se em 1975, aquando da independência, 85% da população era analfabeta, hoje essa mesma taxa é residual e, em parte, a responsabilidade é portuguesa. No que diz respeito ao ensino secundário, de uma forma específica o 2º ciclo, 10ª, 11ª e 12ª classes, podemos mesmo afirmar que a Cooperação Portuguesa tem sido fulcral para que este nível de ensino possa hoje existir em todos os distritos, permitindo que a possibilidade de frequentar o ensino pré-universitário não fique limitada à cidade capital e ao Liceu Nacional.

---

<sup>14</sup> Idem.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

A Cooperação Portuguesa tem, também, sido fundamental para o desenvolvimento de projetos como o PDIL. Neste caso específico é possível aquilatar as diferentes faces da cooperação portuguesa, dada a sua descentralização. Aqui podemos analisar o trabalho dos *expertises*, dos diferentes setores, dos diferentes ministérios, das câmaras municipais e também de entidades da sociedade civil.

Ao analisarmos o PDIL e o seu meio envolvente, com os principais problemas que assolam São Tomé e Príncipe, percebemos que a educação, por si só, não consegue ser o motor desenvolvimento económico que São Tomé tanto almeja. E, mesmo quando procuramos perceber se a educação permite ser um elevador social e económico, somos também obrigados a reconhecer que, em São Tomé e Príncipe, a obtenção de um curso superior não implica um aumento substancial no que se auferir ou um reconhecimento social.

Terminamos, porém, este nosso trabalho salientando a importância de um conceito chave que, a nosso ver, é muitas vezes esquecido na trilogia do liberalismo, a fraternidade. Se é certo que em São Tomé e Príncipe os conceitos de igualdade e liberdade foram usados no passado em associação a ideologias políticas e com os resultados daí conhecidos, neste caso, decorrente da nossa análise ao PDIL, é possível verificar que, no mesmo, a liberdade e a igualdade coexistem porque a fraternidade as une.

Assim, nesse sentido, ao analisarmos o percurso do PDIL, que comunga 25 anos dos 50 anos do 25 de abril, percebemos que a educação, não apenas a formal, pode ser um motor de desenvolvimento humano. Um desenvolvimento humano integral, tão caro à Doutrina Social da Igreja, que defende a dignidade da pessoa humana e o bem comum da vida em sociedade. Porque se no PDIL, sendo um caldo político, cultural e social heterogéneo, é possível o respeito, o diálogo e acolhimento, algo que é tão importante à democracia, então é porque vale a pena o esforço e a dedicação de todos os que o impulsionam e suportam.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

### Fontes Documentais

African Union (2017). *Continental Education Strategy for Africa, CESA 16, 2016-2025*.

Adis Abeba, Etiópia. União Africana. [https://acqf.africa/resources/policy-guidelines/african-union-policy-documents/cesa-25-continental-education-strategy-for-africa-2016-2025-en/@@display-file/file/AU\\_CESA\\_16-25\\_english\\_v9.pdf](https://acqf.africa/resources/policy-guidelines/african-union-policy-documents/cesa-25-continental-education-strategy-for-africa-2016-2025-en/@@display-file/file/AU_CESA_16-25_english_v9.pdf)

DSEEPPE (2015) - *Instituto Diocesano de Formação João Paulo II - Relatório de Acompanhamento ano letivo 2014-2015*. Lisboa. DGAE.

Freedomhouse (2023, fevereiro 2). Freedom in the world São Tomé and Príncipe. [freedomhouse.org. https://freedomhouse.org/country/sao-tome-and-principe/freedom-world/2023](https://freedomhouse.org/country/sao-tome-and-principe/freedom-world/2023)

INE (2014). *Características Educacionais da população, IV RGPH 2012*. São Tomé. Instituto Nacional de Estatística.

INE-STP (2017). *São Tomé e Príncipe em números 2017*. São Tomé. Instituto Nacional de Estatística.

MECC - Ministério da Educação, Cultura e Ciências (2023) - *Boletim Estatístico da Educação 2021-2022*. São Tomé. Departamento de Planeamento e Estatística.

Portugal, *Decreto-Lei 212/2015 de 29 de setembro do Ministério da Educação e Ciência*. Diário da República, 1ª série, Nº 190, 29 de setembro de 2015, páginas 8513 - 8517.

Portugal, *despacho nº 10783-A/2016, de 31 de agosto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Educação - Gabinetes da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação e Adjunta e da Educação*. Diário da República nº 167/2016, 2º Suplemento, Série II de 2016-08-31, páginas 6 - 7.

São Tomé e Príncipe, *Decreto Lei 2/2003 de 2 de junho do Ministério da Justiça, Reforma do Estado e Administração Pública de São Tomé*. Diário da República nº 7 de 2 de junho de 2003. São Tomé e Príncipe.

São Tomé e Príncipe, *Decreto Lei 4/2018 de 18 de fevereiro do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos de São Tomé e Príncipe*. Diário da República nº 14 de 18 de fevereiro de 2019.

UNICEF S. Tomé e Príncipe (2021). *Fichas técnicas de educação 2021: Análises para aprendizagem e equidade usando o MICS. S. Tomé e Príncipe*. São Tomé e Príncipe. UNICEF.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

### **Bibliografia**

BARRETO, Maria Antónia (2012). “A reforma do ensino secundário em são Tomé e Príncipe. Apresentação do projeto Escola+”. *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. 505-517. Lisboa. ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/3894>.

BASTOS, Ectylsa (2009, setembro 24). Estudantes de Cuba em busca de enquadramento. *Diário Digital de São Tomé e Príncipe – Têla-Nón*. <https://www.telanon.info/sociedade/2009/09/24/1897/estudantes-de-cuba-em-busca-de-enquadramento/>

BOUÇAS, José (2024, março 26). Professores saíram às ruas da capital são-tomense para reivindicar um salário digno. *Diário Digital de São Tomé e Príncipe – Têla-Nón*. <https://www.telanon.info/politica/2024/03/26/43708/professores-sairam-as-ruas-da-capital-sao-tomense-para-reivindicar-um-salario-digno/>

BRANCO, Luís Castelo (2012). “A cooperação portuguesa em São Tomé e Príncipe”. *Atas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. 572-578. Lisboa. ISCTE-IUL. ISBN: 978-989-732-089-7.

CARDOSO, Manuela (2015). “Migrações e Estratégias de Desenvolvimento dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Estudos de caso: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe”. *Cadernos de Estudos Africanos*. [online] 29/2015. Consultado a 9 de maio de 2022. <http://hdl.handle.net/10071/9434>

COTRIM, Armando José Alves (2019). *Avaliação Externas de Escolas em São Tomé e Príncipe: construindo um percurso*. Teses de Mestrado em Ciências da Educação-Administração, Regulação e Políticas Educativas, Évora, Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/26361>.

DALE, Roger (2001). “Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma cultura educacional comum ou localizando uma agenda globalmente estruturada para a educação?”, *Educação Sociedade e Cultura*. 16/2001, 133-169.

ESPÍRITO SANTO, Armindo de Ceita do (2012). “Os constrangimentos ao desenvolvimento de S. Tomé e Príncipe no período pós-colonial”. *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, 271-285. Lisboa. ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/3895>.

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

GORGULHO, A., SANTOS, L., COSTA, N., SOUSA, A., (2020). “Formação contínua de professores de Português do Ensino Básico em São Tomé e Príncipe: uma proposta de oficina de formação sobre ensino e avaliação da escrita”. *Da Investigação às Práticas*, 10(1), 99 - 117. <https://dx.doi.org/10.25757/invep.v10i1.200>

MARQUES, A.H. Oliveira (1984). *História de Portugal*. Lisboa. Palas Editores. Volume II.

MARQUES, A.H. Oliveira (1986). *História de Portugal*. Lisboa. Palas Editores. Volume III.

MILHEIRO, Ana Vaz (2012). “São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974)”. *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, 87-127. Lisboa. ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/3895>.

NASCIMENTO, Augusto (2018). “Quatro décadas de independência, das “mudanças” à indeterminação das vidas em São Tomé e Príncipe”. *Cadernos de Estudos Africanos*, 35 | 2018, [consulta 02/02/2024]. DOI: <https://doi.org/10.4000/cea.2605>

PEDROSA, José (2023). *A Relação entre a Igreja Católica, a Cooperação Internacional e a Educação em São Tomé e Príncipe - estudo de caso do Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá*. Tese de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=652586](https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=652586).

QUINTANEIRO, Luís (2012). “São Tomé e Príncipe e a Cooperação Internacional: O seu Impacto no Desenvolvimento e nas Finanças Públicas”. *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, 553-568. Lisboa. ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/3892>.

ROBERTSON, Susan, NOVELLI, Mario, DALE, Roger, TIKLY, Leon, DACHI, Hillary, ALPHONCE, Ndibelema (2007). *Globalisation, Education and development: ideas, actors and dynamics*. London. DFID.

SEIBERT, Gerhard (2001). *Camaradas, clientes e compadres, Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa. Vega.

SEIBERT, Gerhard (2013). “Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Ensino Superior e Trajetórias em Portugal”. *II Coopedu – África e o Mundo*, 282-309. Óbidos. Coopedu. [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6019/1/Seibert\\_COOPEDU.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6019/1/Seibert_COOPEDU.pdf)

José Pedrosa - *O Projeto de Desenvolvimento Integrado de Lembá, liberdade e fraternidade na atuação da Cooperação Portuguesa e da Igreja Católica*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 14 nº 1. 2024. 263-284 DOI: [https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14\\_1a13](https://doi.org/10.21747/0871164X/hist14_1a13)

VEIGA, Abel (2015, dezembro 17). Escola de Bombom recebeu mais de duas centenas de mobiliários escolares. *Diário Digital de São Tomé e Príncipe – Têla-Nón*. <https://www.telanon.info/sociedade/2015/12/17/20776/escola-de-bombom-recebeu-mais-de-duas-centenas-de-mobiliarios-escolares/>